




Artigo

“Disvello de mãe carinhosa”: o trabalho de amas de leite na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (1828-1880)

Denilson Costa Pinheiro

Doutorando em História na *Universidade Estadual do Maranhão*   

Palavras-chave: Amas de leite; crianças abandonadas; Santa Casa de Misericórdia do Maranhão.	Resumo. A sociedade brasileira no século XIX possuía um amplo mercado de amas de leite. Constantemente, era noticiada a venda ou aluguel dessas mulheres nas páginas dos jornais, nas quais eram destacadas as suas qualidades e os benefícios de seus serviços. Em decorrência da necessidade de alimentação e cuidado das crianças abandonadas na Roda dos Expostos, foi imprescindível que a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão contratasse nutrizas escravizadas ou livres. Neste artigo, procuramos compreender esse tipo de trabalho que, apesar de ter sido criticado pelo discurso médico da época e de ser associado a alta taxa de mortalidade infantil, era fundamental para a sobrevivência dos expostos. Para entendermos tais questões, analisamos fontes de imprensa, como anúncios, artigos, avisos e Livros de Ata da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, que possuem informações sobre a atuação de amas na Casa dos Expostos.
Keywords: Wet nurses; abandoned children; Santa Casa de Misericórdia of Maranhão.	[EN] “Care of a loving mother”: the work of wet nurses at Santa Casa de Misericórdia of Maranhão (1828-1880) Abstract. In the 19th century, Brazilian society had a large market for wet nurses. The sale or rental of these women was constantly reported in newspapers, highlighting their qualities and the benefits of their services. Due to the need to feed and care for children abandoned in the Roda dos Expostos, the Santa Casa de Misericórdia of Maranhão was compelled to hire both enslaved and free wet nurses. In this article, we seek to understand this type of labor which, despite being criticized by the medical discourse of the time and associated with high infant mortality rates, was essential for the survival of the foundlings. To explore these issues, we examine press sources—such as advertisements, articles, and notices—as well as the Meeting Minutes Books of the Santa Casa de Misericórdia of Maranhão, which contain valuable information on the role of wet nurses in the Casa dos Expostos.
Palabras clave Amas de leche; niños abandonados; Santa Casa de	[ES] “Disvello de mãe carinhosa”: el trabajo de las amas de leche en la Santa Casa de Misericórdia en el estado de Maranhão (1828-1880) Resumen. La sociedad brasileña del siglo XIX tenía un gran mercado de amas de leche. La venta o alquiler de estas mujeres era constantemente reportada en las páginas de los periódicos, que destacaban sus cualidades

Misericórdia de
Maranhão.

y los beneficios de sus servicios. Debido a la necesidad de alimentar y cuidar a los niños abandonados en el Torno de los Expósitos, fue fundamental que la Santa Casa de Misericordia de Maranhão contratara mujeres nodrizas esclavizadas o libres. En este artículo buscamos comprender este tipo de trabajo, que a pesar de ser criticado por el discurso médico de la época y estar asociado a una alta tasa de mortalidad infantil, era necesario para la supervivencia de los expósitos. Para comprender estas cuestiones, analizamos fuentes de prensa como anuncios, artículos, avisos y Libros de Actas de la Santa Casa de Misericordia de Maranhão que contienen informaciones sobre el trabajo de las amas de leche en la Casa de Expósitos.

Introdução

A Casa dos Expostos de São Luís foi fundada em 1828, e o estabelecimento pertencia à Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, cujo objetivo era criar e educar crianças abandonadas. Funcionava nas dependências da Igreja de São Pantaleão com poucas acomodações e uma infraestrutura, que, constantemente, necessitava de consertos ou reformas. O encargo de assistir os expostos, a princípio, era da Câmara Municipal, porém, por meio de um subsídio destinado às Misericórdias para esse fim, elas passaram a assumir essa responsabilidade. Na província do Maranhão não foi diferente, embora esse repasse, em muitos casos, não era respeitado, afetando a assistência aos enjeitados (Pinheiro, 2023, p. 65).

Após a exposição na Roda¹, as crianças eram entregues aos cuidados das amas, responsáveis por amamentar e criar os expostos nos seus primeiros anos de vida. Eram, principalmente, mulheres escravizadas, libertas, negras ou pobres, que recebiam uma diminuta quantia da Santa Casa para a prestação do serviço. Em muitas fontes utilizadas neste trabalho, especialmente as manuscritas, tais mulheres não são identificadas como amas. No entanto, a análise revela tratar-se justamente dessas pessoas, uma vez estar descrito o trabalho de criação que exerciam.

¹ A Roda dos Expostos era um dispositivo cilíndrico de madeira, com uma abertura em que a pessoa depositava a criança. Ao ser girada, o bebê passava para o interior da instituição, garantindo o anonimato do expositor. Geralmente, do lado exterior havia um pequeno sino, que, ao ser tocado, sinalizava que uma criança havia sido abandonada.

Nos requerimentos enviados à Mesa Administrativa da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, as amas se descreviam como mulheres afetuosas, que possuíam carinho de uma mãe, havendo, até mesmo, aquelas que consideravam a criança exposta como filho. É o caso de mulheres pobres, que pretendiam estender o período de criação, talvez com a intenção de continuarem recebendo recursos ou usarem as crianças como mão de obra. Mas também havia as que desejavam cuidar dos pequenos sem nada receber da Misericórdia. As reais intenções nunca saberemos, entretanto, em muitas situações, é criado um vínculo sentimental com os enjeitados. Já as amas escravizadas eram descritas nos anúncios de jornais como sadias, sem vícios e de bons costumes, utilizavam-se vários adjetivos para atrair pessoas interessadas na compra ou aluguel do seu trabalho.

Apesar de serem julgadas e culpabilizadas pela mortalidade dos expostos, essas mulheres foram essenciais por nutrir e criar as crianças. O discurso médico, na época, dava orientação às mães no sentido de que seus filhos não fossem amamentados por amas de leite, mas essa prática, por motivos óbvios, não poderia se aplicar aos enjeitados, visto que esse alimento era uma fonte de sobrevivência.

Não sabemos se, no Maranhão, existiu um livro de registro das amas como em outras Misericórdias, ou se ele não resistiu à ação do tempo, o que impossibilita identificar o número certo de quantas delas estavam a serviço da Santa Casa. A documentação não permite o conhecimento sobre endereço, estado civil, cor, idade, nem as datas de início e fim dos serviços prestados. A maioria das informações advém de Livros de Atas, em que era escrito o parecer de seus requerimentos. Por isso, não é claro se as mulheres que aparecem nas fontes são de famílias criadeiras, ou se são amas, que acompanham as crianças desde o seu enjeitamento.

O recorte temporal deste trabalho inicia-se em 1828, quando a Casa dos Expostos é inaugurada e passa a necessitar do trabalho das nutrizes. A análise estende-se até a década de 1880, período no qual são recorrentes, nas

documentações da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, referências sobre essas mulheres que amamentaram e criaram as crianças expostas.

O Maranhão Oitocentista: um breve histórico

O século XIX foi marcado por crises econômicas na província do Maranhão, que, conseqüentemente, afetaram os trabalhos assistenciais da Santa Casa de Misericórdia, principalmente na segunda metade do século. Essa instabilidade resultava da crise no setor agroexportador, em particular na produção de algodão e açúcar. Além disso, conflitos populares, como a Setembrada (1831) e a Balaiada (1838-1841), desestabilizaram os setores políticos e socioeconômicos do Maranhão. Esses confrontos envolveram diferentes segmentos da sociedade, desde escravizados até sertanejos, que se opunham à dominação política das elites.

A cultura algodoeira, que, durante décadas, promoveu a riqueza da província, passava por uma queda tanto nos preços quanto no número de exportações, devido à concorrência internacional. Nesse contexto, também havia a escassez de mão de obra escrava, em razão da extinção do tráfico negreiro em 1850, o que resultou na elevação do preço dos escravizados. As crescentes campanhas abolicionistas intensificaram a crise do escravismo, que estava, diretamente, relacionada com a decadência da lavoura. A energia que construía a riqueza da província vinha do trabalho do negro, de seus braços e mãos, dos quais dependiam quase todas as atividades produtivas. Portanto, essa deterioração da economia escravista diminuía o patrimônio dos cofres públicos e privados (Abrantes, 2014, p. 55).

A crise no setor algodoeiro, a partir da década de quarenta, esteve relacionada à Balaiada, que alterou o cotidiano das fazendas de algodão, provocando fugas de escravizados e migração de muitas famílias para a capital. Essas famílias foram obrigadas a abandonar as suas propriedades ou deixá-las sob os cuidados de seus feitores. Além da escassez de mão de obra escravizada nas fazendas, muitos proprietários tiveram de vender as suas terras para quitar dívidas.

Mérian (2013, p. 31) destaca a importância do comércio para o Maranhão, liderado, principalmente, por portugueses. Além da comercialização de algodão e açúcar, também havia a venda de produtos, como cachaça, carne, madeira e produtos oleaginosos, os quais alimentavam as exportações e compensavam o valor das importações. O papel das casas comerciais era fundamental para a economia da província, e a sua fortuna contrastava com o empobrecimento dos fazendeiros, muitos dos quais precisavam vender os seus bens para garantir os empréstimos contraídos.

Esse contexto de crise culminou no aumento de doenças, na falta de moradia, na carência de alimentos e no elevado nível de insalubridade da capital ludovicense. Muitas pessoas passaram a vagar pelas ruas em busca de assistência ou alimentação. Os estabelecimentos caritativos, como a Santa Casa de Misericórdia, atendiam essa parcela da população, que, cada vez mais, recorriam aos seus serviços. Desse modo, é possível considerar que, desde o nascimento até a morte, os indivíduos eram acompanhados, direta ou indiretamente, por alguma instituição da Irmandade, como o Hospital da Caridade, Cemitério do Gavião e outros (Castro; Castellanos, 2021, p. 3).

Consequentemente, muitas crianças passaram a mendigar pela cidade, enquanto outras foram abandonadas por seus pais ou responsáveis. Os presidentes da província do Maranhão dedicaram mais atenção a essa infância desassistida, que era considerada perigosa e ao mesmo tempo estava em perigo, vulnerável às mazelas da sociedade. Foi devido a esse fator que, em 1841, João Antônio de Miranda criou a Casa dos Educandos Artífices para atender os meninos. Em 1855, Eduardo Olympio Machado fundou o Asilo de Santa Thereza para acolher as meninas, somando esforços com a Casa dos Expostos, a qual assistia as crianças enjeitadas desde 1828.

De acordo com Agostinho Coe (2013, p. 64), o Estado foi o principal responsável a destinar recursos expressivos às obras assistenciais da província. Destaca-se, também, o papel essencial das elites na manutenção dessas obras, com o objetivo de que as suas dívidas fossem quitadas ou de contribuir para a melhoria dos serviços prestados. Dessa forma, houve um investimento na criação

de instituições educacionais e de saúde para atender às necessidades da população maranhense.

Desde o início do século XIX, o Estado passou a interferir em questões referentes ao exercício e ao ensino das artes de curar, ao comércio de remédios e ao atendimento médico em hospitais e casas de saúde, por meio de regulamentações e fiscalização. Após a chegada da família imperial ao Brasil, foram criadas instituições de saúde, como as Escolas de Cirurgia em Salvador (1808) e no Rio de Janeiro (1808), transformadas em Academias Médico-Cirúrgicas (1813) e, posteriormente, em Faculdades de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro (1832). Essas instituições foram responsáveis pela formação de um número significativo de médicos no Brasil. Nesse período, também foi fundada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829), posteriormente denominada Academia Imperial de Medicina a partir de 1835, e começaram a circular os primeiros periódicos especializados, como *Propagador das Ciências Médicas* (1827-1828), *Semanário de Saúde Pública* (1831-1833), *Diário de Saúde* (1835-1836), *Revista Médica Fluminense* (1835-1841) e *Revista Médica Brasileira* (1841-1843) (Ferreira, 2004, p. 94).

A assistência da medicina oficial era prestada na maioria dos casos de forma privada, mas poucos possuíam recursos para custear o atendimento médico. Dessa maneira, muitos recorriam às instituições de caridade, sendo a Santa Casa o principal hospital a amparar os necessitados. Entretanto, o aumento do número de pobres em situação de vulnerabilidade agravava a situação, gerando gastos excessivos. Para contornar esse problema, a caridade feita pelos ricos era indispensável. Preocupados com a salvação de suas próprias almas, esses indivíduos realizavam doações ou deixavam legados. Os bens destinados à Misericórdia tinham como objetivo atender pessoas que viviam em condições propícias ao desenvolvimento de doenças. Os setores abastados da sociedade entendiam como necessária a preservação de seus corpos, porque julgavam conviver com uma ameaça constante (Pimenta, 2022, p. 435).

Os presidentes da província desempenharam uma função significativa nos trabalhos assistenciais. Eles não representavam apenas o poder político da Corte

nas diversas localidades, mas estavam envolvidos com as elites econômicas e políticas, tanto provinciais quanto municipais, tornando-se figuras relevantes no jogo político regional. Tal importância culminou na intervenção do chefe provincial na provedoria da Misericórdia do Maranhão a partir de 1850. Essa medida teve como objetivo não apenas solucionar o contexto de crise econômica da Irmandade, mas também apaziguar os problemas e as polêmicas relacionadas ao uso dos recursos destinados às obras assistenciais. Pretendia-se reconstruir a imagem do Império por meio dos serviços praticados pela Santa Casa da Misericórdia do Maranhão (Coe, 2013, p. 82).

Vale destacar que a assistência à saúde prestada pela caridade era vista como um dever cristão de quem a oferecia, mas o seu acesso era limitado. A noção de saúde como dever do Estado e direito de todos é uma conquista relativamente recente, com debates que se intensificaram no século XX.

“Boa, sadia e de bons costumes”: o trabalho de amas de leite escravizadas no século XIX

A infância no século XIX foi alvo dos estudos e discursos médicos. Nesse período, foram produzidas teses sobre a amamentação, além de textos publicados em jornais que recomendavam a alimentação mais adequada para cada faixa etária, a quantidade das refeições, a introdução de alimentos sólidos na dieta, entre outros assuntos. Diversos trabalhos sobre a história da alimentação e de sua evolução ao longo do tempo estiveram presentes nos periódicos. Esses meios de informação eram instrumentos utilizados pela comunidade médica na tentativa de moldar a opinião pública a respeito dos problemas de saúde no país (Ferreira, 2004, p. 94).

No período oitocentista, iniciou-se a sistematização de um conhecimento institucional sobre a saúde e as doenças da sociedade brasileira. Antes do século XIX, a infância não era considerada um objeto ou interesse principal de estudo. Com a institucionalização desse saber no Brasil, algumas modificações começaram a ser implementadas na ciência médica. Nesse contexto,

surgiram trabalhos relacionados à higiene infantil como forma de prevenção de doenças, alertando sobre os cuidados com os banhos, as vestimentas, a alimentação e os cuidados de limpeza e asseio dos corpos. Os responsáveis pelos pequenos tiveram de se adaptar a um cotidiano mais higiênico e saudável (Cintra, 2020, p. 101).

No jornal maranhense *O Paiz* (1863-1886), eram publicados estudos na seção intitulada *Sciencias, Lettras e Artes – Sciencia para o povo*. Nesse espaço, foram transmitidos conhecimentos à população para a aquisição de hábitos saudáveis. O periódico difundiu importantes artigos, noticiários abundantes e variados, além de transcrições de revistas estrangeiras. Teve uma grande influência na opinião pública maranhense, sendo altamente conceituado na cidade de São Luís (Araújo, 2014, p. 363).

Vejamos como esse jornal analisava o processo de alimentação das crianças e como ela era considerada fundamental no desenvolvimento dos órgãos e no processo de crescimento.

O recém-nascido não póde engolir senão um liquido, o seu estomago só póde digerir o leite materno; basta, porém unicamente este acto para dar impulso ao seu desenvolvimento. / Por esse trabalho de assimilação, principio admiravel e mysterioso de toda vida organica, o corpo da criança apropriou-se das partes nutritivas de um corpo estranho; elle as fez circular em todos os seus membros, elle se depositou em todos os seus órgãos, elle se transformou em sua subsistência [...]².

O artigo destaca que, após o nascimento, as crianças possuem órgãos frágeis, por esse motivo exercem as suas funções de forma limitada. Dessa maneira, o leite materno, por ser líquido, seria a melhor indicação para o consumo, pois permite que o organismo da criança absorva melhor os nutrientes. Acrescenta, ainda, que esse tipo de alimento é responsável pelo desenvolvimento e fortalecimento dos órgãos, bem como por tornar o sangue mais rico e abundante.

² SCIENCIAS, Lettras e Artes: Sciencia do povo. *O Paiz*. São Luís, n. 174, 3 ago. 1878. p. 1-2.

Segundo o artigo, a nutrição, na fase infantil, também seria responsável pelo desenvolvimento de órgãos, como a gengiva, e pelo nascimento dos dentes. A partir disso, as crianças poderiam iniciar uma dieta variada. Destaca que a nutrição, a locomoção e a sensação não são aspectos separados e independentes em seus exercícios, cada uma delas se complementa para que haja o bom funcionamento do corpo humano³.

Os estudos médicos demonstravam preocupação com a amamentação e a introdução de outros alimentos na vida das crianças. Destaca-se, em 1838, o médico Agostinho José Ferreira Bretas (1812-1905), que defendeu na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, a primeira tese⁴ sobre o aleitamento materno (Almeida, 1999, p. 34). Aconselhava-se que as mães não deixassem de amamentar seus filhos e que não oferecessem outro tipo de leite além do seu, exceto nos casos em que ele possuísse poucos nutrientes (Pinheiro, 2023, p. 105).

Defendia-se que havia uma diferença evidente entre o leite materno e de outros mamíferos, como vaca, cabra, entre outros, que, embora pudessem ser consumidos após o período de aleitamento materno, era necessário entender o momento adequado para a introdução desse tipo de alimento na dieta. Ao longo do século XIX, foi recorrente o debate sobre o tipo de leite que seria benéfico às crianças após o desmame. Além dessa discussão, a introdução de papinhas, sopas, carnes e vegetais também fazia parte das prescrições médicas oitocentistas (Cintra, 2021, p. 74).

Nesse período, preferia-se alimentar as crianças com carnes quando o leite materno deixava de ser o principal nutriente. Havia pouca recomendação de vegetais na dieta, devido à crença de que os alimentos de origem animal possuíam mais nutrientes e tornariam as crianças saudáveis. O ideal era que elas fossem fortes, robustas e tivessem a aparência de bem nutridas. Existia uma associação entre doença e magreza, saúde e robustez no discurso médico, por isso, a alimentação deveria ser nutritiva (Cintra, 2021, p. 75).

³ SCIENCIAS, Letras e Artes: Ciencia do povo. *O Paiz*. São Luís, n. 174, 3 ago. 1878. p. 1-2.

⁴ A tese do médico higienista, Dr. Agostinho J. Ferreira Fretas, é intitulada: *A Utilidade do Aleitamento Maternal e os Inconvenientes que Resultão do Desprezo deste Dever* (1838).

A medicina recriminava as mães que não amamentavam os próprios filhos, considerando-as desnaturadas por não cumprirem o papel natural do gênero feminino. Dessa forma, à medida que esse discurso crescia em defesa do aleitamento materno, o trabalho exercido pelas amas de leite passou a ser desqualificado, sendo elas consideradas perigosas à saúde das crianças. O aleitamento realizado por nutrízes só era recomendado caso seguissem uma série de critérios higiênicos (Carula, 2022, p. 90).

As famílias que confiavam o aleitamento de seus filhos às escravizadas também foram alvo de críticas, pois se acreditava que o leite de outras mulheres representava um risco moral para os bebês. O argumento era de que as “qualidades” desse alimento possuíam valores negativos que seriam reproduzidos pelas crianças. Nesse sentido, a medicina não estava apenas interessada em regular as práticas de saúde e amamentação, mas também em controlar o corpo feminino e infantil (Cerqueira; Vitória, 2020, p. 10).

Apesar das advertências às mães sobre os perigos em confiar os cuidados de seus filhos a outras mulheres, o aluguel de amas de leite continuou sendo utilizado com frequência durante o século XIX. Esse fato demonstra a dualidade entre as campanhas médicas em favor do aleitamento materno e a realidade vivida pelas mulheres negras. A função exercida pelas amas pode ser compreendida como um “mal necessário”, uma peça fundamental na força de trabalho urbana (Belmiro, 2023, p. 102).

Em diversas localidades do Brasil, como no Rio de Janeiro, havia um dinâmico mercado de amas de leite na cidade, devido ao fato de muitas mães das camadas médias e abastadas não amamentarem seus filhos e, para isso, recorreram a nutrízes de aluguel escravizadas, livres e libertas, nacionais e estrangeiras (Carula, 2022, p. 90). As pessoas que possuíam amas escravizadas usufruíam do benefício de alugá-las para a prestação desse serviço.

Era recorrente anúncios de aluguéis e vendas de amas de leite nos jornais maranhenses. Lilia Schwarcz (1987), ao estudar os negros/escravizados na imprensa brasileira do século XIX, levantou várias considerações sobre os anúncios, devido estes ocuparem boa parte de páginas, tratando de vendas,

compras, aluguéis, fugas etc. Segundo a autora, o negro ocupava vários e diferentes espaços nos jornais: "[...] existe o negro das 'ocorrências policiais'", o negro violento que se evadiu, o negro que é centro de notícias escandalosas, o negro dependente e serviçal que é oferecido enquanto "[...] peça de bom funcionamento" ou mesmo o negro "'[...] objeto' de discurso dos editoriais científicos" (Schwarcz, 1987, p. 95).

A mesma autora afirma que os anúncios mantinham os jornais em circulação e eram a sua principal fonte de renda. Em média, dispunham do total de duas ou quatro páginas, enquanto a outra parte era dedicada aos editoriais e às notícias. Os anúncios que envolviam negros escravizados eram destacados, geralmente bem posicionados, como no centro ou no topo dos periódicos. Os títulos eram em negrito e com letras grandes, com o objetivo de atrair a atenção do leitor. Com a aproximação do fim da escravidão, esse tipo de publicação foi perdendo espaço na imprensa, posicionando-se nos cantos das páginas, com tamanho menor e deixando de ser editados com títulos em negrito (Schwarcz, 1987, p. 129).

A imprensa foi utilizada tanto pelas pessoas que ofertavam o serviço quanto por aquelas que o procuravam. Anúncios de aluguel, compra e venda eram publicados, nos quais eram destacadas as qualidades desejadas para uma ama de leite, juntamente com outras habilidades, indicando que a mulher poderia exercer mais atividades além da amamentação e cuidado da criança. O mercado de nutrizes foi mais intenso nos centros urbanos do Brasil.

Como ressaltado acima, a forma de atrair a atenção do leitor aos anúncios de amas era por meio da utilização de adjetivos que expressassem as qualidades profissionais, as características físicas e as vantagens da compra/contratação, assim como os valores e as formas de pagamento facilitadas, como podemos analisar abaixo.

Imagem 1 - Aviso⁵.

—Huma negra, de idade de 15 annos, com 10 dias de parida da primeira barriga, e por causa dos grandes excessos, pario a criança morta: he muito limpa de vicios, muito abundante de leite; está propria para ama de leite: quem para este fim a precizar queira fallar com José Lopes Teixeira, morador na rua da praia da Fonte das Pedras, ou com o Sr. Joaquim José de Amorim, e com toda a sua Familia, com quem se poderão informar sobre as qualidades da dita negra; porque lá foi creada.

Fonte: Avisos (1849, p. 4).

Imagem 2 - Uma ama de leite⁶.

Uma ama de leite.
Boa, sadia, de bons costumes, e cuidadosa com criança, além de livre, e sem filho. Quem quiser dirija se ao sobrado n. 3 defronte do muro de Sant'Antonio, lado do norte.

Fonte: Uma [...] (1856, p. 4).

Imagem 3 - Boa ama de leite⁷.

BOA AMA DE LEITE.
—Nesta typ. se indicará onde existe uma excellente ama de leite sem cria para alugar pela diminuta quantia de 500 reis diarios.

Fonte: Boa [...] (1857, p. 4).

⁵ AVISOS. *A Revista*. São Luís, n. 508, 18 ago. 1849. p. 4

⁶ UMA ama de leite. *Diario do Maranhão*. São Luís, n. 145, 27 jul. 1856. p. 4.

⁷ BOA ama de leite. *A Imprensa*. São Luís, n. 44, 11 nov. 1857. p. 4.

No primeiro anúncio, é dada ênfase à idade da escravizada, demonstrando que ela era jovem e estava apta para a função de ama de leite, pois gozava de boa saúde e disposição, como era esperado de uma pessoa na fase da juventude. Além disso, o anunciante apresenta ao público as qualidades da mulher, destacando ser “limpa de vícios”, ou seja, não era alcoólatra e não possuía a prática de roubos, por exemplo, comportamentos moralmente pejorativos associados aos negros. O benefício da compra da escravizada seria porque ela era “abundante de leite”. Além disso, o anúncio oferece ao leitor a possibilidade de certificar-se sobre as qualidades da moça, deixando nomes e endereço para essa averiguação.

No segundo anúncio, notam-se o título em negrito e as letras grandes, com o objetivo de atrair o interesse do consumidor. O anunciante também utilizou vários adjetivos para qualificar os serviços da ama. Observa-se a singularidade dessa mulher, pois, de acordo com a fonte, ela era cuidadosa com as crianças, o que indicava ser ideal para esse tipo de trabalho, além de ser livre e sem filhos, ou seja, podendo dedicar-se integralmente à função de nutriz.

O terceiro anúncio também apresenta o título com letras grandes, destacando a qualidade da ama de leite desde o início. Um dos benefícios para a pessoa que alugaria os serviços dessa mulher seria o fato de ter sido cobrado a “diminuta quantia de 500 reis”. Porém, o mais interessante dessa publicação é que ela inclui a ilustração de uma nutriz, representando a mulher-mãe-negra-escravizada. Constatamos que se trata de uma ama devido ao turbante envolto à cabeça, à roupa que remete a uma pessoa escravizada e ao fato de ela estar cuidando de uma criança, a qual está em seu colo.

Ainda seguindo a análise, nos últimos anúncios verifica-se o uso de expressões como “sem filhos”, “sem cria”. Já no primeiro, a escravizada pariu uma criança morta, o que se deve, principalmente, às árduas jornadas de trabalho, à alimentação precária e ao pouco repouso durante a gestação, fatores que também podiam ocasionar abortos no início da gravidez. Além disso, há o aspecto de que muitos partos eram marcados pela violência obstétrica, devido à

crença de que os negros eram resistentes à dor. Por isso, ainda na fase do puerpério, as mulheres voltavam ao trabalho pesado. O corpo feminino negro, como podemos notar, passou por uma constante violação e exploração (Carula, 2022, p. 92).

As vivências de maternidade entre mulheres brancas e negras escravizadas eram diferentes no século XIX. Estas últimas enfrentaram a dor emocional da perda dos filhos, pois conviviam, constantemente, com o fantasma da morte, o que as levou a ressignificar seus desejos e práticas maternas. Elas eram separadas rapidamente de seus bebês para retornarem às atividades laborais ou para se tornarem amas de leite de outras crianças, sendo-lhes negado o exercício pleno da maternidade (Carula, 2022, p. 93).

A maternidade possui experiências diferentes no recorte de raça, gênero e classe. Enquanto para as mulheres brancas da classe média, o confinamento e a dedicação ao lar e aos filhos resultava em depressão, falta de sentido na vida e a busca por trabalho assalariado, as mulheres pobres e negras equilibravam-se entre as demandas do lar, o casamento, a maternidade e o trabalho. Para elas, esse tipo de trabalho não era uma escolha, nem um investimento por uma vida mais digna, tampouco seria capaz de superar as desigualdades de gênero, também não era vivenciado como um tipo de libertação. Para essas mulheres, dedicar o seu tempo aos filhos ou realizar com tranquilidade alguma tarefa doméstica poderia ser considerado privilégio, em vez de um fardo (Biroli, 2018, p. 104-105).

Entretanto, de modo geral, a maternidade, historicamente, sobrecarrega as mulheres, restringindo a sua participação em outras esferas de vida, enquanto libera os homens da responsabilidade pelo cuidado das crianças. Dependendo do contexto, ela pode apresentar-se como um fator de vulnerabilidade ao gênero feminino, uma vez que há uma desigualdade na dedicação de tempo e energia entre os genitores. Devido à responsabilidade pela criação dos filhos, as mulheres tiveram a sua autonomia reduzida e, entre as camadas mais pobres, a maternidade raramente era uma atividade de tempo

integral. Quando era, vinha acompanhada das marcas do desemprego e da precariedade (Biroli, 2018, p. 107).

Ao refletir sobre os papéis sociais desempenhados pelos escravizados, percebemos diferenciações entre os gêneros, pois havia uma maior exploração econômica das mulheres em relação aos homens. Isso se devia ao fato de elas serem utilizadas, simultaneamente, como trabalhadoras, como mulher e como reprodutoras da força de trabalho (Saffioti, 2013, p. 237).

Miriam Leite (2016) analisou a infância no século XIX, utilizando memórias e livros de viagem que descrevem o processo de preparo e cuidados com a ama de leite escravizada, a fim de que seus trabalhos fossem vendidos ou alugados. Ela destacou que esses serviços possuíam um valor mais elevado do que os de uma engomadeira, cozinheira ou mucama. Segundo os escritos da época, durante a gravidez, as amas eram alojadas em boas casas e incumbidas de serviços leves. Após o parto, recebiam roupas e enxoval novo. A boa aparência, as vestimentas e as relações importantes do seu senhor eram aspectos fundamentais para que a porta de uma casa rica lhes fosse aberta.

A seguir, podemos examinar como o francês Charles Expilly (1814-1886), contemporâneo do período, abordou as relações de trabalho das amas.

Entre os comerciantes da cidade é questão de amor-próprio ter uma ama-de-leite que ostente um luxo insolente. [...] para elas, soa tristemente a hora da servidão. Na despedida, algumas até podem derramar lágrimas [...], mas o que todas lamentam infinitamente é a vida indolente, o luxo das vestimentas, a abundância de tudo a que é preciso renunciar, para retomar a coleira da miséria. A ternura dessas criaturas não é desinteressada, está provado; amam o pequeno a que dão o seio, mas porque devem a essa maternidade ocasional todas as satisfações que a fortuna pode lhes conceder (Expilly, 1862, p. 202-220 *apud* Leite, 2016, p. 45).

Em nenhum momento se dá importância ao impacto emocional que a ama sofria ao se afastar do seu filho. A sua emoção era mencionada apenas quando deixava de exercer o trabalho como nutriz, tendo que renunciar uma vida que, segundo o escrito, seria de privilégios, retornando assim à servidão e à

miséria. Designar a escravizada para atuar como ama de leite também implicava diminuir a possibilidade de que ela alimentasse e cuidasse de sua prole. Além disso, é relatado que essas mulheres desenvolviam apego e sentimentos pelas crianças que nutriam, como se tal atitude não fosse uma ação humana natural, mas algo surpreendente em uma pessoa escravizada. Segundo a citação acima, ser ama era visto como um benefício, pois proporcionaria luxos e fortunas às mulheres. No entanto, se tudo lhes era retirado – e o trabalho, comercializado –, fica evidente que os lucros não eram destinados a elas.

Bárbara Martins (2012, p. 140) destaca que é necessário problematizar alguns argumentos referentes às amas de leite, especialmente a ideia de que ocupavam uma posição privilegiada em relação ao restante da escravaria doméstica. Na realidade, estavam sujeitas à intensa exploração e violência, tendo a “condição de maternidade” negada. A autora considera que as amas não estavam em uma condição isolada dos demais grupos de escravizados. Embora pudessem desfrutar de certos privilégios, também enfrentavam maior vigilância e, muitas vezes, eram mantidas presas devido à necessidade constante de seus serviços.

A atuação de amas de leite na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão

Nas Misericórdias era comum a utilização do trabalho de nutrizes, escravizadas ou não, para a criação, cuidado e aleitamento das crianças expostas. Para melhor organização e sistematização desse trabalho, utilizava-se um livro de registro. Considerando o caso do Rio de Janeiro, Karoline Carula (2022, p. 98) ressalta que, nesse tipo de documento, constavam páginas com o nome da ama, além de dados como: datas de entrada e saída; no caso das escravizadas, o nome do/a proprietário/a; endereço da ama ou de seu/ua senhor/a; se casada, em algumas situações, o nome do marido e, por fim, a remuneração. No caso das cativas, havia a preocupação em distinguir as africanas das nascidas no Brasil. Ao lado de seus nomes, era escrito “crioula” ou a respectiva procedência, que em determinadas situações, era precedida da palavra “nação”.

Nos arquivos pertencentes à Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, não foi possível encontrar uma documentação semelhante à descrita acima. Entretanto, por meio dos Livros de Ata, foi possível compreender a atuação das amas por meio de requerimentos à Mesa Administrativa, embora a única informação sobre elas se restrinja à citação de seus nomes. Um fato interessante é que, antes mesmo da inauguração da Casa dos Expostos, já circulavam avisos nos jornais sobre a contratação dos serviços de nutrizes.

A Santa Casa da Misericordia tendo de abrir a casa da roda para receber os expostos, convida a todas as pessoas que tiverem Amas, e se queirão encarregar da criação dos mesmos, para que se dirigão ao Inspector do Hospital da Misericordia Manoel Antonio Rodrigues Valle, afim de com elle se ajustar relectivo ao salario que devem receber. Maranhão 26 de Novembro de 1828. / O Procurador. Antonio Dias d’Araujo Guimarães⁸.

O Provedor e Mesarios da Santa Caza da Misericordia, tendo aberto o receptaculo para os Expostos no dia 1.º do corrente Dezembro, rogão ás pessoas que se quizerem encarregar da criação dos recém-nascidos que fõrem expostos, se dirigão ao Inspector do Hospital da mesma Santa Caza Manoel Antonio Rodrigues Valle morador da rua do Giz, para com ele tratarem a quantia que se lhe deve satisfazer por mez. / O procurador da Meza, Antonio dias de Araujo Guimarães⁹.

Observa-se um certo pedido de urgência por parte da Santa Casa à sociedade para que aqueles que possuísem amas de leite oferecessem seus trabalhos para criação das crianças enjeitadas. Em troca, os seus “senhores” receberiam um salário pelos serviços prestados. No segundo anúncio, podemos notar que, mesmo após a abertura da Roda dos Expostos, ainda havia preocupação com o aleitamento das crianças, provavelmente por não haver amas suficientes. É realizado esse apelo de ajuda aos senhores, porque, possivelmente, eles eram vistos como benfeitores e poderiam agir por meio da caridade, cedendo alguma de suas amas por um valor inferior ao do mercado, e esse ato lhes agregaria “nobreza de caráter” (Carula, 2022, p. 109).

⁸ AVISOS. *Minerva*. São Luís, n. 40, 27 nov. 1828. p. 263

⁹ AVISOS. *Minerva*. São Luís, n. 41, 4 dez. 1828. p. 276

Mesmo alguns anos após a abertura da Casa dos Expostos, a falta de amas para a amamentação das crianças ainda era um problema, como demonstra o aviso a seguir.

A Meza da Caza da Santa Mizericordia desta Cidade, querendo prevenir imenços malles a que estão sugeitos os innocentes expostos da roda da mesma Caza, como agora acontece que tendo sido lançado hum, a tres dias, athe o presente não se tem descuberto ama para delle tomar conta, dar-lhe os primeiros alimentos; por isso roga as pessoas que tiverem escravas com bastante leite, e queraõ ceupallar neste servisso, ou por caridade, ou por ajuste a dinheiro, fallem com o Administrador da Caza dos expostos, Joze Antonio de Souza, nella residente, para formarem seus ajustes, deixando seus nomes, rua, e N.º da Caza para serem procurados quando repentinamente a pareça precizaõ, certificando-se que teraõ toda a preferencia as escravas de pessoas que tiverem família. / Maranhão 14 de Maio de 1833. / Joze Maria Faria de Mattos Secretario da Meza¹⁰.

Destaca-se o fato de uma criança ter sido enjeitada e não possuir uma ama que pudesse lhe fornecer os primeiros alimentos e cuidados necessários. Por isso, o anúncio solicitava às pessoas que possuíssem nutrizes com bastante leite e estivessem dispostos a criar os expostos, seja por meio da caridade ou mediante pagamento, dirigissem-se ao administrador da Casa dos Expostos. É notório que havia uma preferência por escravizadas cujos senhores constituíssem uma família, possivelmente com o intuito de que as crianças fossem acolhidas nesse espaço ou para que a Santa Casa pudesse assegurar que esse ambiente familiar seria adequado para a sua criação.

Era considerada preocupante e perigosa a criação realizada distante da casa da família, devido à associação com os maus tratos das amas de leite criadeiras. Por isso, em alguns casos, essas mulheres eram submetidas à vigilância por parte das organizações domésticas, a fim de garantir o bem-estar da criança e evitar os abusos e negligências que eram recorrentes (Martins, 2012, p. 157),

¹⁰ AVISOS. *Publicador Official*. São Luís, n. 159, 15 maio 1833. p. 162.

Alcileide Nascimento (2006, p. 207), ao investigar o mercado de leite na cidade de Recife – PE, no século XIX, por meio dos anúncios dos jornais, destacou que as amas e as cabras leiteiras faziam parte desse comércio, sendo as primeiras as mais procuradas. Na época, havia uma preferência por amas escravizadas, devido à ideia de que elas cuidariam bem das crianças que amamentassem, pois almejavam a liberdade por meio desse trabalho.

Assim como em São Luís, em Recife também havia a problemática da procura por amas ser maior do que a oferta, principalmente ao se tratar da contratação dos serviços que seriam prestados à Casa dos Expostos. Entretanto, quando não se conseguia convencer os proprietários de amas de leite escravizadas ou mulheres livres para prestar esse trabalho em função dos baixos salários que eram oferecidos, era necessário recorrer à compra de cabras leiteiras (Nascimento, 2006, p. 211).

Conforme Renato Franco (2014, p. 2007), as mulheres escravizadas exerceram um papel fundamental no sistema de criação de crianças expostas, pois possibilitaram que famílias criassem e amamentassem os enjeitados pela escravaria feminina. Para essas famílias, tratava-se de uma complementação da renda, que, na maioria dos casos, não possuía datas e valores fixos em relação ao pagamento. Segundo o autor, esses fatores poderiam ter contribuído para o aumento da inadimplência e conseqüentemente, para a mortalidade infantil.

Algumas características eram importantes para a escolha da nutriz responsável pela amamentação e cuidados da criança: deveriam ser fortes, sadias, limpas e sem vícios. Elas desempenhavam um trabalho que lhes era imposto devido à condição social de serem escravizadas. Entretanto, cabe destacar que nem todas as mulheres que se empregavam como amas de leite eram escravizadas, pois a maternidade no meio urbano proporcionava outras oportunidades para a mulher trabalhadora, transformando cativas, forras, livres e pobres em aptas para esse tipo de serviço (Martins, 2012, p. 153).

No século XIX, existia a figura das criadeiras, as quais eram responsáveis pela criação das crianças abandonadas na Roda de Expostos. Esse tipo de ama, que prestava serviços à instituição, geralmente fazia parte da

população pobre urbana. Elas eram encarregadas dos primeiros cuidados com os enjeitados, porém enfrentavam a discriminação das autoridades locais e o combate ao sistema implantado na Roda (Martins, 2012, p. 145).

A amamentação realizada pelas amas de leite foi, por muito tempo, questionada, e alguns defendiam que deveria ser evitada. Acreditava-se que essas mulheres eram cheias de vício e ignorância, além de serem consideradas responsáveis pelos casos de mortalidade infantil da época. Entretanto, Franco (2014, p. 208) adverte que “[...] embora a criança ainda estivesse sujeita a mulheres negligentes, a condições de higiene variáveis, ela, provavelmente, dividiria a atenção com menos infantes e não estaria obrigada a conviver diariamente com os enjeitados doentes”.

A fonte abaixo nos fornece várias informações sobre o funcionamento interno da Casa dos Expostos. A partir disso, podemos verificar os casos de mortalidade infantil e a alimentação oferecida dentro do estabelecimento.

Na Caza da roda dos Engeitados achei 39; entrarão 11, morrerão 12 existem 38 huns dentro, outros fora a criar, tive o desgosto que durante o tempo que inspecionei aquelles infelizes fosse o de maior mortandade proveniente de tosses e sarampos, e que neste numero entrasse os dous mais velhos, que pela sua idade de 11 annos, pela sua applicação, e boa índole deixarão magoado o coração das pessoas encarregadas da Roda e de todos os Membros desta Mesa [...]; **durante o meu tempo fiz recolher a Roda alguns Engeitados por ter passado o tempo de sua criação infantil, e por julgar que elles seriam mais regularmente dirigidos dentro do estabelecimento, além mesmo d’alguma economia para a Caza.** Nada alterei no regime interno daquella Caza a excepção de ter dado aos Meninos fruttas todos os Domingos e dias Santos, e de festa Nacional não só por lhes hir assim ensinando a respeitar aquelles dias como para lhes dár esse natural regallo as crianças; tambem lhes mandei dá diariamente ortaliça, alimento necessario á conservação da saude tanto mais quanto neste Paiz a baze do alimento é carne; [...] / Manoel Duarte Godinho¹¹.

De acordo com a documentação, no ano de 1841, muitas crianças faleceram devido à tosse e ao sarampo. A enfermidade e a mortandade afetaram

¹¹ SANTA Casa da Misericórdia. *Jornal Maranhense*. São Luís, n. 3, 16 jul. 1841. p. 3 – 4, grifo nosso.

até aquelas mais crescidas do estabelecimento, causando comoção entre os funcionários da Santa Casa. O inspetor da Casa dos Expostos destinou algumas delas aos cuidados do Guarda Livro e do Almoxarife do Hospital, enquanto outras retornaram à instituição após o término do período de criação. Isso demonstra que os enjeitados passavam tempo a mais sob o cuidado das amas, gerando gastos excessivos, o que tornou necessário o seu o retorno à Casa dos Expostos para proporcionar economia aos cofres da Santa Casa.

No que se refere à alimentação, nota-se que o inspetor Manoel Duarte Godinho ordenou que, aos domingos, dias santos e festividades nacionais, fossem entregues frutas à instituição. Contudo, não se tratava apenas de “regalar” as crianças com esses alimentos, mas também de ensiná-las a respeitar esses dias. O mesmo inspetor ressaltou que a base alimentar da sociedade brasileira no século XIX era a carne, mas ele considerava essencial que as crianças se alimentassem de hortaliças, pois isso contribuiria para um desenvolvimento mais saudável.

Segundo Marcílio (2006, p. 284), a alimentação na Casa dos Expostos era insuficiente e pouco nutritiva, com ausência de frutas, verduras e até mesmo de carnes. Havia também a má distribuição das refeições, o que fazia com que algumas crianças não recebessem uma dieta adequada. Dessa forma, a maioria delas eram anêmicas e apáticas, influenciando em uma estatura e peso impróprios para a sua idade.

Renato Franco (2014, p. 205) considera que as crianças enjeitadas estavam submetidas a condições precárias desde a sua concepção, e que esse fator, somado a outras circunstâncias, influenciou a mortalidade dos expostos. O processo de gestação era conturbado e degradante, tanto do ponto de vista físico quanto psicológico, além de envolver práticas médicas inseguras para a realização do parto e precárias condições de higiene. Após o nascimento, a criança ainda enfrentava outros problemas, como o “mau tratamento do cordão umbilical, mal de sete dias, vestuário impróprio, alimentação inadequada, sarna, bexiga, sarampo, lombriga, hepatite, gastroenterite”.

Em muitos casos, as amas de leite foram responsabilizadas pela morte dos enjeitados, embora estes também estivessem submetidos à negligência de algumas dessas mulheres. No entanto, estudos mais recentes defendem que quanto mais tempo os enjeitados permaneciam recolhidos nas instituições, maior era a taxa de mortalidade infantil. Isso se deve às condições precárias em que as crianças viviam nesses locais.

Com o alto número de mortes dos enjeitados em todas as Casas dos Expostos, sua eficácia foi cada vez mais questionada. Alcileide Nascimento (2006, p. 140) afirma que as instituições assistenciais, como as Casas dos Expostos e a Santa Casa de Misericórdia, estavam longe de alcançar o objetivo de proteger e assegurar a vida das crianças.

A criação de crianças expostas

Após o enjeitamento, os expostos passavam por dois períodos de cuidado: o de criação e o de educação. Na primeira fase, as crianças eram entregues às amas de leite, sendo criadas fora da Casa dos Expostos. Para isso, essas mulheres recebiam um pequeno salário para garantir o sustento, nutrição, vestimenta e medicação dos expostos.

Evitava-se entregar os enjeitados às mulheres sem leite ou aos senhores que não possuísssem escravizadas, devido às frequentes fraudes. Nesse contexto, algumas mulheres se apresentavam como recém-paridas ou compareciam com uma criança robusta e saudável, como se fosse seu próprio filho, para obter a credibilidade da instituição, na tentativa de provar que seria zelosa na criação. No local onde residiam os criadores, essas crianças, geralmente, recebiam pouca atenção e cuidado, havendo casos em que as amas adicionavam aguardente ao leite para acalmar as crianças. Tais irregularidades no sistema de criação dos expostos fez com que as Misericórdias supervisionassem cada vez mais essa atividade (Venâncio, 2018, p. 197).

A tabela abaixo contém informações de que no ano de 1860, havia 32 expostos sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão.

Desses, metade estavam entregues aos cuidados das amas de leite e alguns necessitavam ser batizados após a escolha dos padrinhos pela Mesa.

Tabela 1 – Relação Nominal dos Expostos a Cargo da Santa Casa Entregues às Amas de Leite (1860).

Nomes				
1	Joaquim Ferreira Zea. Belforte	7	É mudo, está entregue a ama	
2	Alberto Antônio Gonsalves	6		Idem
3	Henobia Fernandes Ribeiro	6		Idem
4	Omér Bandeira Duarte	6		Idem
5	Manoela Cerqueira Pinto	5		Idem
6	Josephina Ferreira da Silva	5		Idem
7	Ignacio Frasão Varella	3		Idem
8	Benvenuto José Furtado	3		Idem
9	Maria da Conceição Silva	3		Idem
10	Henobia da Silva Nunes	2		Idem
11	Uma menina	2	P. ^r Baptisar	Idem
12	Uma menina	2	Idem	Idem
13	Uma menina	2	Idem	Idem
14	Uma menina	1	Idem	Idem
15	Uma menina	8 m. ^s	Idem	Idem
16	Um menino	4 m. ^s	Idem	Idem

Fonte: APEM (1860)¹²

¹² APEM (1860). *Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província*, 14 jan. 1860.

Verifica-se, por meio dessa tabela, que os expostos eram entregues às amas com alguns meses de vida e permaneciam com elas até, aproximadamente, os sete anos. Havia seis crianças que ainda não haviam recebido o batismo e, por esse motivo, não possuíam nomes, sendo identificados apenas pelo gênero e idade.

De acordo com o Regulamento da Casa dos Expostos (1832), podemos analisar como era feita a inspeção das amas de leite pela Diretora do estabelecimento.

[...] 6.º Ao cuidado da administradora estão os expostos que se achão criando fora, examinando se são bem tratados, se o leite das amas hé bom, e suficiente, e para isso sem marcar dia sahirá huma ver em cada semana em observação; e as amas são obrigadas todos os Domingos levarem a criança; porem que se conservem ali com o recato do costume de porta fexada, e qual quer novidade que encontrar participará logo ao Sr. Inspector ou a Meza.[...]¹³

Para garantir a criação adequada dos expostos, era necessário assegurar que eles estivessem sendo bem cuidados e alimentados. Como já demonstrado ao longo deste artigo, havia muitas amas negligentes que burlavam as normas exigidas pela Santa Casa de Misericórdia. Para isso, era necessário que a diretora realizasse visitas periódicas às crianças que estavam sendo criadas fora da instituição, além de as amas serem obrigadas a levar os enjeitados à Casa dos Expostos para que fossem examinados.

Embora existisse um regulamento com normas que ditavam o funcionamento e o modelo de assistência às crianças abandonadas, isso não significava que elas fossem cumpridas, como exemplificado no caso abaixo.

[...] Tendo por esta ocasião pedido a palavra o Snrº Mordomo da Igreja e cemitério, Capitão Belfort, e declarado que lhe constara achar-se a exposta menor de nome Maria Sophia fôra do estabelecimento e em uma caza particular sem autorização da Mesa administrativa da S. Casa, pedio que lhe fossem a esse respeito, prestados alguns esclarecimentos. E como tivesse

¹³ APEM. *Regulamento para a Caza dos Expostos aprovado em Meza de 29 de abril de 1832.*

declarado o Snr.^o Conselheiro Dr. Gracho de Sá Valle que era verdadeira aquela allegação, pois a exposta de quem se tratava era muito bem tratada na casa em que se achava que era a de seu sogro Frederico Augusto Guilherme, resolveo a Mesa que ella, não obstante estar alli sem o consentimento da Irmandade, continuasse na mesma caza ate ultima deliberação[...]¹⁴.

Na ata, foi debatido o caso da menina Maria Sophia, que estava fora da Casa dos Expostos sem o consentimento da Santa Casa. Isso nos leva a considerar que havia situações em que a Mesa Administrativa desconhecia o destino dos expostos, uma vez que não havia uma inspeção regular para averiguar os cuidados e a saúde das crianças. Apesar da ocorrência desse fato, a exposta continuou sendo mantida na casa onde estava sendo cuidada, com a alegação de que era bem tratada.

Possivelmente, existiam relações de amizade e parentesco entre os membros da Mesa e os tutores das crianças, o que poderia interferir no não cumprimento das regras estabelecidas pela Santa Casa, como ocorreu no caso acima citado. Alcileide Nascimento (2006, p. 131), ao pesquisar sobre a Casa dos Expostos de Recife, também aponta a hipótese de que a contratação de amas ou famílias criadeiras, como no caso anterior, era caracterizada pela informalidade e por acordos orais.

Por meio de uma denúncia anônima, vejamos como era o sistema de criação das crianças expostas da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e como ele foi alvo de críticas pela sociedade.

O systema para a creação destes infelizes adoptado por aquelle estabelecimento é o seguinte: A criança exposta é entregue a qualquer pessoa que, mediante um alqueire de farinha e certa quantia verdadeiramente insignificante que lhe são fornecidos mensalmente, encarrega-se da sua creação! É assim que os expostos, as mais das vezes, são confinados à mulheres de má vida, sem consciência de seus actos; à pessoas que não teem com que manter-se e que, longe de ser caridade, é a especulação que as leva a exercerem esse mister. [...] Há poucos dias vimos uma menina branca que está entregue aos cuidados de uma pobre mulher, e o estado dessa innocente, que parece delinhar à falta

¹⁴ APEM. *Acta de Secção de 06 de dezembro de 1881*.

de amamentação, levou-nos a escrever estas linhas, para as quaes procuramos obter as melhores informações. Publique-as senhor redactor, talvez ellas influam para a descoberta de um outro systema mais caridoso para a criação dos expostos¹⁵.

A fonte nos permite a análise de que o autor da crítica era contra a forma de criação dos expostos. Segundo ele, as crianças eram entregues a qualquer pessoa, sem critérios de avaliação. As amas recebiam um pequeno valor para cuidar das crianças, além de um alqueire de farinha. De acordo com a fonte, seria um erro permitir que mulheres consideradas de má vida criassem as crianças, pois elas não tinham consciência dos seus atos e exerciam essa função apenas por causa do dinheiro. Em muitos casos as amas eram consideradas como mercenárias. Além disso, há uma crítica à amamentação de uma das crianças, que segundo a denúncia, não supria com as necessidades alimentares da exposta.

Talvez, a motivação dessa crítica estivesse mais relacionada ao fato de a amamentação da criança branca ser feita por uma mulher pobre e considerada de má vida, do que, propriamente, a uma demonstração de interesse e preocupação com o modelo de criação dos expostos, visto que, no século XIX, existia um estigma social à alimentação realizada por amas de leite.

Desde 1870, os debates sobre os cuidados com o aleitamento se intensificaram. A amamentação realizada por nutrizes passou a ser questionada e o problema se agravava com as amas “de cor”, associadas a costumes considerados “perigosos”, “retrógrados” e “anti-higiênicos”. Acreditava-se que essas mulheres eram prejudiciais à saúde da criança e aos ideais de desenvolvimento e modernização de uma sociedade que aspirava ser “civilizada” e “moderna” (Cerqueira; Vitória, 2020, p. 11).

Apesar das fraudes que ocorriam, era comum que a Misericórdia incentivasse as amas a manterem os expostos sob sua guarda, podendo estender a estadia deles até os 12 anos. Assim, muitas crianças permaneceram com essas

¹⁵ OS EXPOSTOS da Santa Casa de Misericórdia. *Diário do Maranhão*. São Luís, n. 776, 7 mar.1876, p.3.

mulheres em troca de abrigo e alimentação, mas eram exploradas em trabalhos exaustivos (Marcílio, 2016, p. 93).

Karolina Carula (2022, p. 89) destaca que, além do componente religioso, acolher um enjeitado proporcionava renda adicional às famílias pobres e algumas chegavam a receber mais de uma criança para cuidar. Em muitos casos, elas eram vistas como um potencial de mão de obra gratuita. Como mencionado anteriormente, as crianças que eram criadas fora da Casa dos Expostos tinham maior chance de sobreviver, porém esse fator não as isentava de eventuais maus-tratos.

No relatório de 1851, podemos conferir os recursos destinados à alimentação, medicação e vestuário dos enjeitados. Em especial, destacamos a verba que correspondia ao trabalho das amas.

Art. 5º Com a Casa dos expostos.

§ 1.º Ordenado da Directora..... 400\$000

§ 2.º Alimento dos expostos, luzes, lenha e sabão..... 1:150\$000

**§ 3.º Salario ás amas externas inclusive um paneiro de
farinha por mez..... 1:800\$000**

§ 4.º Vestuario e calçado..... 200\$000

§ 5.º Medicamentos..... 100\$000

3:650\$000¹⁶

Verifica-se que o maior gasto da Casa dos Expostos era com o pagamento das amas, que, além do salário, recebiam uma quantidade de farinha, uma das principais bases alimentares da sociedade daquele período. Com seu alto valor calórico, baixo custo e longo tempo de conservação, a farinha se tornou essencial na alimentação dos escravizados e da população pobre livre (Cerqueira; Vitória, 2020, p. 10).

¹⁶ PROJECTO de Lei fixado a despesa e orçando a receita da Santa Casa da Misericórdia para o anno de 1852: Despesa. *Correio de Annuncios*. São Luís, n. 75, 14 out. 1851. p. 3, grifo nosso.

A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão chegou a receber requerimentos de mulheres que desejavam continuar com a criação das crianças expostas, mesmo após o término do prazo de criação, como foi o caso de Justiniana Rosa d’Assis.

Um requerimento de Justiniana Rosa d’Assis, no qual allegando que havendo mais de seis annos que cria a menina exposta de nome Maria Emilia de Sousa; e tendo sido esta recolhida ao respectivo estabelecimento por deliberação da Mesa administrativa, pedia á mesma Mesa lhe confiasse ainda por mais alguns annos essa sua filha adoptiva sob as mesmas condições até agora fielmente observadas; e juntou em abono do seu comportamento um attestado do vigario da Freguesia da Conceição P.e Theodoro Antonio Pereira de Castro, e outro do major João de Mattos de Moraes Rego. Deferido até que a Mesa resolva em contrario¹⁷.

Percebe-se que a criança permaneceu na casa da sua ama até os seis anos, retornando à Casa dos Expostos somente por decisão da Mesa. A requerente considerava a menina como sua “filha adotiva” e, por esse motivo, solicitou mais tempo para continuar com a sua criação. Para isso, apresentou dois atestados que comprovavam o seu comportamento e a dedicação aos cuidados da criança. É importante destacar que a fonte não revela se, durante o período de seis anos, a mulher responsável pela criação de Maria Emilia de Sousa recebeu ajuda financeira da Santa Casa de Misericórdia, nem se, após o requerimento, ela teria direito a algum auxílio para continuar criando a exposta.

Além do afeto presente nessa relação, a criação dos expostos também poderia representar uma fonte adicional de renda para as mulheres em uma economia marcada pelo trabalho escravo. No futuro, elas poderiam contar com essas crianças para a realização de pequenos trabalhos. A maioria das amas que se submetia a criar os enjeitados pertencia aos estratos mais empobrecidos da sociedade e, para elas, uma criança era vista como mais um braço para as tarefas do cotidiano (Nascimento, 2006, p. 144).

¹⁷ APEM. *Acta de Secção de 17 de outubro de 1883*.

Apresentaremos outro caso semelhante ao anterior, no qual uma mulher, identificada como Filomena Maria da Cruz, tinha a intenção de continuar a criação de um menino.

Um requerimento de Filomena Maria da Cruz pedindo a Mesa que de novo lhe confiasse o exposto Cassiano, que por deliberação da Mesa fora recolhido ao respectivo estabelecimento, visto que votando muita amizade a essa creança que tivera consigo por espaço de quatro annos, e desejando por isso acabar de criá-la, offerecia-se fazel-o sem nada perceber da Santa Casa¹⁸.

As requerentes desejavam criar os expostos por mais tempo, geralmente pelos laços afetivos estabelecidos entre amas e as crianças expostas. Isso se evidencia na extensão do período de criação fora do estabelecimento, que, frequentemente, ultrapassava o tempo determinado. A “amizade” que motivou a escrita do requerimento levou Filomena Maria da Cruz a recusar ajuda financeira da Santa Casa. No entanto, esse caso também pode se referir a uma mãe que abandonou o seu filho e que, após se arrepender do ato, retirou-o da instituição, passando a cuidar da criança, como se fosse um enjeitado.

Ao longo dos anos, o tempo de criação das crianças fora da Casa dos Expostos sofreu modificações: “Tratando-se sobre o praso que na sessão passada se ficara em dous annos de idade para serem as expostas criadas fora do estabelecimento, foi o dito praso e por deliberação da Mesa, elevado á idade de tres annos”¹⁹.

De acordo com a historiografia e as experiências de outras Misericórdias, o tempo de criação fora do estabelecimento deveria ser de três anos. Porém, ao que tudo indica, a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão só determinou essa idade em 1883. É importante ressaltar que, apesar dessa regra, a prática era bem diferente, as crianças retornavam à Casa dos Expostos em idade avançada. Talvez devido a essa deliberação, alguns requerimentos para a continuidade da criação dos expostos tenham sido negados, como no caso de

¹⁸ APEM. *Acta de Secção de 17 de outubro de 1883*.

¹⁹ APEM. *Acta de Secção de 17 de outubro de 1883*.

Filomena Maria da Cruz, citado anteriormente, e de outra requerente, cujo pedido analisaremos a seguir.

[...] Um requerimento de Filomena Maria da Cruz pedindo que lhe fosse outra vez entregue, sem onus para a Santa Casa, o exposto Cassiano que a Irmandade lhe confiara, e que ella tivera durante quatro annos criando, com o disvello de mãe carinhosa, o qual fora ultimamente recolhido ao estabelecimento da Irmandade. – Á vista da informação do Snr^o mordomo, não pode ser atendida.

Um requerimento de Josepha Marcelina da Conceição pedindo igualmente a entrega da exposta Rosilina que a Irmandade lhe confiara desde poucos dias de nascida, e que ella criara com carinho de mãe por espaço de cinco annos até Outubro ultimo em que, por ordem da Mesa, foi recolhida ao respectivo estabelecimento. – Em vista da informação do Snr^o mordomo não pode ser atendida²⁰ [...].

Constata-se que nos dois requerimentos, é ressaltada a qualidade das mulheres: a primeira possuía o “disvello de mãe carinhosa” e a segunda tratava a criança com “carinho de mãe”. Mas pelo que podemos observar, elas não puderam continuar cuidando dos enjeitados, devido a alguma informação que o mordomo possuía sobre essas requerentes. A fonte não permite uma conclusão sobre o caso, porém é possível que, nessas situações, a verba recebida não estivesse sendo devidamente direcionada ao cuidado das crianças, ou que a Santa Casa não dispusesse de recursos suficientes para manter a criação dos expostos fora do estabelecimento.

Sendo assim, podemos considerar que as amas de leite se responsabilizavam pelo cuidado dos expostos mediante pagamento por esse trabalho. Geralmente, essas mulheres acabavam criando laços afetivos com as crianças, o que fazia com que muitas delas retornassem à Casa dos Expostos após idade determinada. Além disso, esse modelo de criação, adotado pela Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, foi alvo de críticas por parte da sociedade, que não via com bons olhos o aleitamento realizado por mulheres pobres ou escravizadas.

²⁰ APEM. *Acta da Secção de 13 de dezembro de 1883*.

Considerações finais

A atuação de amas de leite na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão foi significativa para a criação das crianças abandonadas. Entretanto, ao realizarmos esta pesquisa, deparamo-nos com escassas fontes que tratassem sobre o trabalho dessas mulheres. Em muitos casos, elas nem chegavam a ser categorizadas como “amas” ou com algum outro termo semelhante. Considera-se, portanto, que essa circunstância se deve, principalmente, ao fato de que esse serviço era realizado na informalidade, havendo poucos registros que detalhassem a identidade e o ofício desempenhado pelas nutrizes.

Pudemos analisar que o sistema de criação dos expostos foi alvo de críticas, sobretudo pelo fato de essas crianças serem cuidadas por amas escravizadas ou pobres, mulheres que eram julgadas como mercenárias, possuidoras de vícios e desprovidas de virtudes. Grande parte dessas críticas também estava presente no discurso médico, que condenava o aleitamento realizado por nutrizes. Além disso, na sociedade oitocentista, havia a associação dessas mulheres com a alta taxa de mortalidade infantil.

Essa realidade revela um paradoxo existente naquele período: a maternidade era valorizada para as mulheres brancas, mas negada às mulheres negras, cujos filhos eram, frequentemente, afastados delas. Esse fenômeno evidencia que as experiências maternas se apresentavam como, profundamente, distintas entre as mulheres da elite e aquelas que eram escravizadas, ou pertenciam às camadas mais pobres da sociedade.

Como explicitado ao longo deste estudo, muitas amas de leite eram escravizadas e, portanto, não recebiam qualquer pagamento pelo seu trabalho, servindo apenas aos interesses de seus senhores. No caso das mulheres libertas ou pobres, que atuavam como nutrizes, essa atividade era uma das poucas opções de sobrevivência, demonstrando a falta de alternativas de inserção social e econômica. Ambos os casos evidenciam a mercantilização e a violação do corpo feminino, sujeito à exploração e subordinação. Pois mesmo com o avanço do

discurso sobre higiene e a valorização da amamentação materna, muitas famílias brancas continuaram a recorrer ao aleitamento realizado pelas amas, principalmente nas grandes cidades.

O trabalho das nutrizas no século XIX demonstra a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, e de como o enlace dessas categorias é fundamental para a compreensão das desigualdades sociais na sociedade brasileira. As mulheres negras, historicamente, foram exploradas tanto pelo racismo quanto pelo machismo, que as colocavam em uma posição de subalternidade. Além disso, a condição de classe determinava a falta de oportunidades para essas mulheres, tornando-as vítimas da vulnerabilidade social e econômica. Assim, o estudo sobre o trabalho das amas de leite revela como a opressão estrutural moldava, e ainda molda, as relações de trabalho e a organização social, permitindo compreender os preconceitos e os estereótipos que subjugaram e continuam a marginalizar as mulheres em um sistema patriarcal.

Referências

Arquivos

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). *Regulamento para a Caza dos Expostos aprovado em Meza de 29 de abril de 1832.*

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). *Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 14 jan. 1860.*

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). *Acta de Secção de 06 de dezembro de 1881.*

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). *Acta de Secção de 17 de outubro de 1883.*

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO (APEM). *Acta da Secção de 13 de dezembro 1883.*

Jornais

AVISOS. *A Revista*, São Luís, n. 508, 18 ago. 1849.

AVISOS. *Minerva*, São Luís, n. 40, 27 nov. 1828.

AVISOS. *Minerva*, São Luís, n. 41, 4 dez. 1828.

AVISOS. *Publicador Official*, São Luís, n. 159, 15 maio 1833.

BOA ama de leite. *A Imprensa*, São Luís, n. 44, 11 out. 1857.

OS EXPOSTOS da Santa Casa de Misericórdia. *Diário do Maranhão*, São Luís, n. 776, 7 mar. 1876.

PROJECTO de Lei fixado a despesa e orçando a receita da Santa Casa da Misericórdia para o anno de 1852: Despesa. *Correio de Annuncios*, São Luís, n. 75, 14 out. 1851.

SANTA Casa da Misericórdia. *Jornal Maranhense*, São Luís, n. 3, 16 jul. 1841.

SCIENCIAS, Letras e Artes: Ciencia do povo. *O Paiz*, São Luís, n. 174, 3 mar. 1878.

UMA ama de leite. *Diário do Maranhão*, São Luís, n. 145, 27 jul. 1856.

Bibliografia

ABRANTES, Elizabeth Sousa. *A educação do "Bello Sexo" em São Luís na segunda metade do século XIX*. São Luís: Editora UEMA, 2014.

ALMEIDA, João Aprígio Guerra de. *Amamentação: um híbrido natureza-cultura*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

ARAÚJO, Jhony Santana de. A imprensa no Maranhão na segunda metade do século XIX: Estado imperial, jornais e a divulgação da guerra do Paraguai para um público leitor. *Dimensões*, v. 33, p. 360-383, 2014.

BELMIRO, Beatriz Virginia. *Entre medalhas, búzios e contas: a infância pobre na Casa dos Expostos do Rio de Janeiro e Salvador (1870-1900)*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, Rio de Janeiro, 2023.

BIROLI, Flávia. *Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARULA, Karoline. Nutrindo Enjeitados: amas de leite escravizadas na Casa dos Expostos do Rio de Janeiro, segunda metade do século XIX. *Revista História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 86-117, 2022.

CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luís V. A instrução de meninas no Asilo de Santa Teresa (Maranhão/1856-1871). *Revista História da Educação*, v. 25, p. 1-32, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/100340/pdf> Acesso em: 22 nov. 2024.

CERQUEIRA, Alan; VITÓRIA, Maihara. Um mal necessário?: as amas de leite e o discurso médico-higienista nas últimas décadas do século XIX. *Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 12, p. 1-16, 2020.

CINTRA, Mariana de Paula. Escritos médicos sobre a infância no Brasil (1832-1882). *Outros Tempos*, v. 17, n. 30, p. 94 – 109, 2020.

CINTRA, Mariana de Paula. Do seio à mesa: a alimentação da criança nos primeiros textos médicos brasileiros. *Contraponto*: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, Teresina, v. 10, n. 1, p. 68-79, jan./jun. 2021.

COE, Agostinho Júnior Holanda. *A assistência em crise: a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão na segunda metade do século XIX (1850-1890)*. Tese (História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, Rio de Janeiro, 2013.

FERREIRA, Luiz Otávio. Negócio, política, ciência e vice-versa: uma história institucional do jornalismo médico brasileiro entre 1827 e 1843. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, v. 11, supl. 1, p. 93-107, 2004.

FRANCO, Renato. *A piedade dos outros: o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

LEITE, Miriam. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História social da infância no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016. p. 31-68.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil: 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *História social da infância no Brasil*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016. p. 69-97.

MARTINS, Bárbara. Reconstruindo a Memória de um Ofício: as amas-de-leite no mercado de trabalho urbano do rio de janeiro (1820-1880). *Revista de história comparada*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 138-167, 2012.

MÉRIAN, Jean-Yves. *Aluísio Azevedo: vida e obra (1857/1913)*. 2. ed. Tradução: Claudia Poncioni. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Garamond, 2013.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

PIMENTA, Tânia Salgado. Saúde pública na capital do Império do Brasil. Escravidão, epidemias, assistência. *Araucaria: Revista Iberoamericana de Filosofia, Política, Humanidades y Relaciones Internacionales*, v. 25, n. 51, p. 421-438, 2022.

PINHEIRO, Denilson Costa. *Os expostos da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão: assistência à infância desvalida no século XIX*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Maranhão, São Luís, 2023.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Retrato em branco e negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

VENÂNCIO, Renato. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 189-222.